

OS PRETOS DO ROSÁRIO NO PÓS-ABOLIÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE UMA IRMANDADE NEGRA EM LAGUNA (SC) NO FINAL DO SÉCULO XIX

Julio Cesar da Rosa¹ 

RESUMO: Neste artigo analisa-se as populações afrodescendentes na cidade de Laguna no Estado de Santa Catarina a partir dos vestígios deixados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. Objetivamos analisar a Irmandade de Laguna-SC, fundada possivelmente antes de 1828. Não se sabe ao certo o período que esta irmandade encerrou suas atividades, porém, as experiências de seus confrades possibilitaram o surgimento de outras agremiações na cidade, durante a vigência da escravidão e nos anos que se seguiram ao pós-Abolição. Diante das dificuldades em encontrar fontes produzidas pela Irmandade, através dos escassos vestígios, às pistas e aos indícios investigados neste artigo, somaram-se aos esforços para retirar do esquecimento esta confraria e compreender seu modo de atuação. Para alcançar este objetivo, consultamos a bibliografia especializada e os rastros deixados por esta confraria, e identificamos que a Irmandade de Laguna desenvolvia atividades muito semelhantes as suas coirmãs. Acreditamos também que, possivelmente, as práticas organizacionais apreendidas na irmandade abriram caminho para novas formas de sociabilidade e associativismo no pós-Abolição.

Palavras-chave: Laguna. Irmandades negras. Pós-Abolição. Historiografia. Associativismo negro.

THE BLACKS OF THE ROSARY IN THE POST-ABOLITION: EXPERIENCES OF A BLACK BROTHERHOOD IN LAGUNA (SC) AT THE END OF THE 19TH CENTURY

Abstract: This article analyzes the afro-descendant populations in the city of Laguna in the State of Santa Catarina from the traces left by the Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. We aim to analyze the Brotherhood of Laguna-SC, possibly founded before 1828. It is not known for sure when this brotherhood ended its activities, however, the experiences of its confreres enabled the emergence of other associations in the city, during the period of slavery, and in the years that followed the post-Abolition period. Faced with the difficulties in finding sources produced by the Brotherhood, through the few traces, the clues and evidence investigated in this article, they added to the efforts to remove this brotherhood from oblivion and understand its way of acting. To achieve this objective, we consulted the specialized bibliography and the traces left by this brotherhood, and we identified that the Brotherhood of Laguna developed activities very similar to its sisters. We also believe that, possibly, the organizational practices learned in the brotherhood paved the way for new forms of sociability and associativism in the post-Abolition period.

Keywords: Laguna. Black brotherhoods. Post-Abolition. Historiography. Black associativism.

LOS NEGROS DEL ROSARIO EN LA POSTABOLICIÓN: EXPERIENCIAS DE UNA HERMANDAD NEGRA EN LAGUNA (SC) A FINALES DEL SIGLO XIX

Resumen: En este artículo analizamos las poblaciones afrodescendientes de la ciudad de Laguna en el Estado de Santa Catarina a partir de las huellas dejadas por la Hermandad de

¹ Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS/RS (2021). Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC (2011). Membro da Rede de Historiadorxs Negrxs. Filiado a UNEGRO Caxias/MA. Professor efetivo na rede estadual de Santa Catarina e municipal de Criciúma.

Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. Nuestro objetivo es analizar la Cofradía de Laguna-SC, posiblemente fundada antes de 1828. No se sabe con certeza cuándo terminó esta cofradía sus actividades, sin embargo, las experiencias de sus cofrades posibilitaron el surgimiento de otras asociaciones en la ciudad, durante el período de la esclavitud y en los años que siguieron al período posterior a la abolición. Ante las dificultades para encontrar las fuentes producidas por la Cofradía, a través de los escasos rastros, las pistas y las evidencias investigadas en este artículo, se sumaron a los esfuerzos por sacar del olvido a esta cofradía y entender su forma de actuar. Para lograr este objetivo, consultamos la bibliografía especializada y las huellas dejadas por esta hermandad, e identificamos que la Hermandad de la Laguna desarrollaba actividades muy similares a sus hermanas. También creemos que, posiblemente, las prácticas organizativas aprendidas en la cofradía allanaron el camino para nuevas formas de sociabilidad y asociativismo en el período post-Abolición.

Palabras-clave: Laguna. Hermandades negras. Post-Abolición. Historiografía. Asociativismo negro.

Introdução

Histórias têm sido usadas para expropriar e ressaltar o mal. Mas, histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. [...] Histórias também podem reparar a dignidade perdida. (ADICHIE, 2005, p. 5).

Neste texto analisamos a fundação da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, fundada possivelmente antes de 1828. Sabemos que os fundadores dessa irmandade também faziam parte de outras associações criadas ainda durante o regime escravista como sociedades musicais e sociedades recreativas no pós-Abolição e que nos permitiu identificar a rede de relações e o entrelaçamento² entre os membros dessas agremiações. Não se sabe ao certo o período que esta irmandade encerrou suas atividades, porém acreditamos que as experiências de seus confrades possibilitaram o surgimento de outras agremiações em Laguna nos anos que se seguiram ao pós-Abolição.

A história da Irmandade do Rosário e das populações de origem africana em Santa Catarina, sobretudo em Laguna, reflete como história e memória de africanos e seus descendentes foi negligenciada e invisibilizada. Por muito tempo, se contou uma única história sobre escravidão, sobre homens e mulheres livres, libertos e em cativeiro. Por muito tempo, a história produzida desumanizou e tornou invisível gente de carne e osso, que diante das vicissitudes, procuravam viver a vida da melhor maneira possível.

² Para saber mais sobre o entrelaçamento e a rede de relações estabelecidas entre essas agremiações ver a tese de doutorado intitulada: ROSA, Júlio César da. *Associativismo negro em Laguna e a construção identitária: irmandade, sociedades musicais e clubes negros (1870 a 1950)*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

Retirar a história da Irmandade do esquecimento é devolver dignidade às populações afrodescendentes no passado e no presente. Esperamos que os registros desses fragmentos do passado de Laguna contribuam para "um equilíbrio de histórias", como diz o escritor nigeriano Chinua Achebe, e reparem a dignidade retirada de homens e mulheres, como assinala Chimamanda Ngozi Adichie.

Dialogando com uma bibliografia já consolidada³ e novos estudos⁴ sobre Irmandades Negras no Brasil, e em especial, Santa Catarina, intentamos construir parte da história deste espaço de devoção e sociabilidade, vislumbrando compreender suas dinâmicas organizacionais, quem eram seus membros, em que medida as experiências dos seus fundadores contribuíram para dar continuidade ou irromper com projetos pensados a partir da confraria e como tais projetos foram incorporados e/ou esquecidos por novas instituições que nasceram com a republicana.

Dito isto, nossos esforços serão hercúleos em dissertar sobre esta agremiação, ou seja, a Irmandade do Rosário, pois ela não deixou documentos próprios (ou pelo menos não foram preservados ou ainda localizados) que nos permitam inferir maior conhecimento sobre seu período de existência. Seguindo os vestígios, as pistas escassas em periódicos de Santa Catarina do final do século XIX e as primeiras décadas do período republicano, fotografias da época, relatos de viajantes do século XIX, relatórios de visitas dos párocos, entre outras fontes, “através de um esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos”, pretendemos “ter acesso a dada determinada realidade” (CHALHOUB, 2011, p. 16-17), ou seja, juntamos fragmentos do passado dessa instituição que foi quase apagada da história da Laguna.

As reflexões aqui expostas devido ao que foi já averiguado, ou seja, a ausência de fontes documentais produzidas pela própria instituição, não nos autoriza a tecer conclusões, e sim conjecturas e interpretações plausíveis, que por meio da intersecção com as poucas e variadas fontes de que dispomos, juntamente com o estudo desta bibliografia, nos arriscamos a fazer algumas as conclusões que o leitor perceberá ao longo desse estudo.

Acompanhamos os caminhos apontados por Davis (1987) e Ginzburg (1987), quando as fontes forem insuficientes ou ambíguas recorremos ao uso dos “talvez”, “possivelmente”, “pode ser”, sem comprometer o rigor acadêmico da pesquisa. E, como assinala Chalhoub (2011, p. 18), valendo-nos da “imaginação controlada característica

³ Boschi (1986), Quintão (2002), Reginaldo (2011), Scarano (1976) e Viana (2007).

⁴ Grigio (2016), Muller (2013), Rascke (2016), Simão (2008) e Stakonski (2008).

da disciplina de história”, intentamos construir fragmentos verossímeis desse passado, possibilidades históricas dessa agremiação que foi apagada fisicamente da cidade, mas que sobrevive ainda no subterrâneo das memórias dos lagunenses.

Seguindo o caminho de Cardoso (2008, p. 20), realizaremos um “estudo de combate pela memória, para retirar das garras do esquecimento ideológico as marcas da presença africana” através da história da irmandade de Laguna. Faremos como Zadig (CHALHOUB, 2011; GINZBURG, 1989, 1991), “partindo de documentos inicialmente opacos”, “pistas”, “vestígios”, “indícios” que nos ampararam a compreender as singularidades e semelhanças entre a irmandade de Laguna e as demais existentes no mesmo período. Assim, não incorreremos em análises anacrônicas e abstratas sobre aquele espaço de sociabilidade, devoção e auxílio mútuo, que foi a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna.

Feitas tais considerações, principiamos nossos diálogos com bibliografias e fontes que cotejamos, para nos aproximar das possíveis experiências da Irmandade do Rosário de Laguna a partir da análise de suas coirmãs das diferentes regiões do país.

As irmandades leigas, segunda bibliografia especializada, são “originárias das antigas corporações de ofício medievais, e seja na metrópole, África ou Brasil, as Irmandades e Ordens Terceiras disseminaram-se pelos vastos territórios do Império Português” (SIMÃO, 2008, p. 24). De acordo com esta mesma tradição historiográfica, a primeira dessas confrarias, denominada Irmandade do Rosário, surgiu no Brasil, em Recife, no ano de 1552; no intervalo de seis anos, aparecia sua coirmã em Olinda.

Contudo, é, “entre os anos de 1750 e 1850, em que estas associações religiosas viveram seu grande apogeu, encontramos distribuídas pelo país mais de uma centena de irmandades de cativos, forros e livres, fossem eles negros, mulatos ou pardos”. (MULLER, 2013, p. 27). Ainda segundo Rascke (2016, p. 91), havia irmandades formada apenas por “mulheres de origem afros, como a Irmandade da Boa Morte, com grande tradição na Bahia, por exemplo”.

Ao tornarem-se objeto de estudos entre os historiadores, os debates em torno das irmandades negras foram permeados de interpretações heterogêneas, entre aqueles/as que as consideravam um *locus* de controle (BOSCHI, 1986; QUINTÃO, 2002; SCARANO, 1976) das populações africanas e de seus descendentes, e aqueles/as que as viam como um espaço de autonomia (REGINALDO, 2011; RASCKE, 2016) no interior de um sistema opressor, como o escravagista.

Cardoso (2008, p. 261) interpreta estas confrarias como um espaço ambíguo, que oscilava entre o controle e a autonomia. Nas palavras do historiador, “as irmandades foram concebidas como lugar normativo, de assimilação de valores culturais da sociedade colonial, estes lugares de exercícios de um catolicismo leigo e popular, também foram transformados em espaços de sociabilidade e de invenção de visões de liberdade”.

É muito provável que houvesse a intenção de controlar estas instituições por parte da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica, haja vista a imposição de normas rígidas implementadas e definidas com a intenção de cercear a ampliação de atuação das irmandades e seus membros. Se existia o controle por parte da Coroa e do clero, havia também a possibilidade de alargar a margens de autonomia dentro do sistema escravista. “Ao aprender a dominar a parte institucional da Irmandade, os negros criaram condições para, por meio dela, propor estratégias no sentido de preservar e ampliar os seus direitos” (MULLER, 2013, p. 19).

Neste sentido, dialogando com Certeau (2014, p. 95), podemos dizer que os africanos e seus descendentes, ao se apropriarem da cultura letrada, da burocracia imposta, das exigências organizacionais para a irmandade, compreenderam as regras do jogo, “da vigilância, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder próprio proprietário”. O investimento na educação formal, no domínio da escrita, acreditamos ter sido uma tática utilizada por estes homens e mulheres para aumentar o horizonte de expectativas, principalmente em relação à conquista de liberdade, aproveitando-se das fissuras existentes nas relações de poder, entre senhor e escravizado, e, assim, construir condições de negociar melhores oportunidades de trabalho e de vida.

Corroboramos ainda com o autor (2014, p. 94) que essa ação, a busca pelo domínio da escrita, foi uma “ação calculada, uma tática, [...] a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso tem que jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. A tática é um movimento dentro do campo de visão do inimigo”.

Pensamos que o agenciamento da educação, por estar presente na maioria dos compromissos das irmandades analisadas, e posteriormente nos estatutos das agremiações de afrodescendentes no pós-Abolição, possibilitariam a ampliação de melhores condições materiais, conseqüentemente de sobrevivência, dentro dos limites das hierarquias sociais que delineavam a sociedade brasileira escravocrata e também

que se anunciariam com o advento da República. Além disso, o letramento era condição essencial para que reivindicações por direitos diversos fossem acionados, como requerimentos para as autoridades a respeito de festividades religiosas, ações de liberdade, etc.

Estas instituições leigas e cristãs se alinhavam em torno de um santo de devoção que escolhiam e, a partir deste momento, atuavam congregadas em um espaço físico próprio ou concedido. “Produziam elaboradas manifestações externas de fé, funerais grandiosos e procissões cheias de alegrias”. (SIMÃO, 2008, p. 24). Segundo Rascke (2016, p. 113), estas associações de africanos e seus descendentes seguiam regras estatutárias muito semelhantes a outras associações brancas, o que as diferenciava “estava nas vivências, nos desejos e cuidados, presentes nas sociabilidades entre associados e associadas”.

Simão (2010), ao analisar as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do século XVIII, nos deu uma importante contribuição para compreender a organização das confrarias, e assim vislumbrar as possibilidades de nos aproximarmos das experiências organizativas da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. Em sua investigação, a autora (2010, p. 16) produziu um quadro das “singularidades, diferenças e semelhanças, identificando a presença e importância dessas devoções na diáspora”. A autora salienta a variedade de documentos que estas instituições possuíam, mas que, ao longo do tempo, desapareceram juntamente com as irmandades:

Sabemos que as pesquisas sobre irmandades no período colonial, salvo raras exceções, deparam-se com dificuldades decorrentes da dispersão, dada a quantidade elevada de Irmandades e uma certa exiguidade das fontes documentais. Além do compromisso e de uma extensa documentação composta pela correspondência enviada e recebida de autoridades civis e eclesiásticas, as irmandades costumavam possuir vários livros para registro de natureza diversa. Esta documentação com alguma variação, geralmente compunha-se de uma brochura que servia de ata das reuniões ordinárias e extraordinárias, do livro de assento das entradas de irmãos, de um livro para balanço das eleições, um outro para inventário dos bens e finalmente um livro de receita e despesas. Apesar do grande número de livros acumulados no decorrer da existência de uma confraria, é raríssimo, nos dias de hoje, ter-se em mãos alguns desses manuscritos. (SIMÃO, 2010, p. 23).

Como relata a autora (2010), a quantidade de documentos que as irmandades possuíam certamente nos auxiliaria a compreender as demandas de homens e mulheres que participavam da Irmandade do Rosário de Laguna durante sua existência. Com o

seu apagamento físico e de suas documentações em algumas regiões do Brasil, as raríssimas documentações que permitem analisá-las são os compromissos, documentos que autorizavam as suas atividades em todo território de domínio português.

As confrarias remetiam seus compromissos para Lisboa e aguardavam a sua aprovação pela Coroa, devido à demora na resposta de aprovação, já que o documento passava pela aceitação direta do Rei de Portugal. Conforme Simão (2010, p. 60), a demora na autorização do compromisso “não deixava de ter efeitos nocivos à atuação da agremiação. Não só pelo desânimo de aguardar anos pela confirmação, mas também por estarem assim impedidas de participarem de cerimônias e atos públicos”.

Mesmo com esses impedimentos citados, outras ações como esmolar para conseguir recursos financeiros para a construção de um espaço próprio, comprar alforrias e demais auxílios que estavam previstos em seus estatutos, por exemplo, o amparo em momentos de infortúnio quando doenças e a morte atingiam seus confrades. Conforme Scarano (1976), as irmandades configuravam associações leigas que se encarregavam de aspectos assistenciais e espirituais.

Para além das questões temporais e espirituais, as irmandades negras, dedicavam boa parte de sua vida às festividades de cunho religioso, como “festas, procissões e práticas típicas de um catolicismo, em que os leigos eram os principais protagonistas” (STAKONSKI, 2008, p. 96). Corroboramos com Rascke, que compreende as festividades:

[...] não como um momento efêmero, ocorrido anualmente na irmandade, e cujo objetivo é apenas a alegria. Festejar significava mais. A “festa negra” é o encontro de sociabilidades, experiências de vida, representando momentos de diálogos, conexões culturais, dissabores e amores. (RASCHE, 2016, p. 22).

Possivelmente nos festejos realizados nestas agremiações, as relações de compadrio e os laços de sociabilidades possibilitavam a construção e o fortalecimento de redes de solidariedade e amparo. Esses laços e redes tecidas nesse associativismo religioso podem aqui ser interpretados como uma forma autônoma que os afrodescendentes buscaram para gerir suas necessidades, expandir suas atuações na tentativa de ascenderem socialmente, tornarem-se livre, ou distinguirem-se da grande maioria dos descendentes de africanos, em situação de miséria e/ou cativo, já que não compartilhavam dos mesmos valores desse pequeno grupo que estava presente nestas instituições, fossem eles cativos ou libertos.

Cabe destacar que estas ações estabelecidas, as relações verticais e horizontais que estes homens e mulheres construíram, podem ser compreendidas a partir da noção de “rede” a qual nos permite interpretar a morfologia das sociedades, aqui em particular, as irmandades negras e agremiações recreativas, haja vista que a segunda instituição, foi criada por associados que estavam presentes na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna e também nas associações musicais.

Neste sentido, este conceito nos auxilia a perceber a formalização das relações sociais, as possibilidades de erigir redes de relações entre indivíduos ou grupos e, assim, apreender os diferentes níveis de intensidade em que eles/as estavam inseridos/as. Por meio da análise das redes, ambicionamos alcançar como se diferenciavam as relações entre estas pessoas e como construíram tais laços, a fim de vislumbrar o lugar e a importância desses sujeitos no tecido social.

Ao investigar o comportamento desses homens e mulheres, no interior das irmandades negras, acreditamos que eles/as passaram a elaborar novos significados às distinções sociais, a ressignificar os padrões hegemônicos vigentes nesses espaços de sociabilidade que estavam restritos àqueles/as inseridos nestas redes, sendo admissível que passassem a interpretar o mundo de acordo com referenciais culturais mais próximos a eles. Estando de acordo com Rascke (2016, p. 163), estes atores sociais, ao incorporarem e utilizarem “elementos de outros grupos culturais ou étnicos, reinterpretando” e apropriando-se “de modo a satisfazer demandas culturais e práticas que as selecionaram”, criavam experiências e vivências na diáspora.

Retomando a análise dos compromissos, Simão (2010) nos indica que estes documentos “parecem ter tido uma base única, desde a fundação da primeira irmandade”, o que os diferenciava eram suas demandas e prioridades. Segundo a autora (2010, p. 78), estes documentos seguiam um padrão e, “daí em diante, apenas acrescentavam, retirando ou reescrevendo capítulos, de acordo com suas necessidades” e adaptando para cada Irmandade.

Identificamos que os compromissos analisados por estas/es pesquisadoras/es, a educação pode ser ilustrada como uma prioridade para estas corporações. Ao averiguar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, Muller (2013, p. 36) argumenta que, após inaugurar a igreja em 1828, a agremiação passa a colocar em prática o que estava previsto em seu compromisso, “a devoção do Rosário, São Domingos e São Benedito; a educação dos órfãos de Irmãos sem posses; a libertação dos cativos; e culto à alma dos mortos”. A autora também destaca que a iniciativa em

promover a cultura letrada entre as populações de origem africana extrapolou o espaço da irmandade e passaram a fazer parte dos objetivos das instituições civis no início da República, tendo em vista que alguns fundadores destes novos espaços de sociabilidade tinham ligação com a Irmandade do Rosário. Neste sentido, a educação prevista no compromisso da instituição dos tempos imperiais também se faz presente na instituição republicana.

De acordo com Simão (2008, p. 46), pesquisando a Irmandade do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro, nos anos de 1860 a 1880, o compromisso da confraria tinha sido firmado no ano de 1842 e, segundo o documento, estava previsto: “prestar devoto culto a Maria Santíssima do Rosário, sepultar os Irmãos Defuntos e sufragar as suas almas, cuidar na educação dos filhos Legítimos dos Irmãos que morrerem em indigência e libertar da escravidão aos Irmãos Cativos”.

Tendo como objeto de estudo a mesma Irmandade, compreendendo o final do século XIX e as primeiras décadas século XX, Rascke (2016, p. 108), além de ratificar o que foi constatado por Simão, destaca que, no ano de 1859, a associação promoveu um curso destinado aos filhos dos confrades, onde eles aprenderiam “a ler, escrever, e as funções básicas de matemática”. Assim como Muller (2013), a autora identificou na reforma do estatuto, ocorrida em 1905, que a educação continuou sendo “uma das preocupações marcantes na virada do século era o conhecimento da escrita e da leitura”.

Por mais que estes objetivos encontrassem barreiras, não foram ações efêmeras, no interior desses espaços. Percebemos que a educação foi valorizada e perseguida como uma maneira de ascender socialmente entre aqueles que estavam nas irmandades religiosas, a fim de se destacar daqueles afrodescendentes na condição de livres ou cativos, que não participavam dos mesmos anseios e objetivos compreendidos como o domínio da cultura letrada. É compreensível o investimento na educação como instrumento de ascensão e a mesma como uma atitude de aperfeiçoamento da apreensão do mundo em que estavam inseridos.

Como a educação foi interdita ou dificultada por legislações provinciais, em Santa Catarina (BOFF, 2015; SEBRÃO, 2015), e nas demais províncias (FONSECA; BARROS, 2016), estes homens e mulheres assentaram parte dos seus esforços para apreender a visão de mundo dos europeus. Entendemos que, ao apropriar-se da cultura letrada, faziam parte dos seus objetivos o domínio destes códigos, “compreendendo as possibilidades que o acesso à instrução poderia oferecer” (SEBRÃO, 2015, p. 241), como a distinção social, uma maior proximidade com as elites letradas, e por fim, abrir

possíveis caminhos para a conquista da liberdade e a superação dos desafios impostos pela escravidão.

Não possuímos elementos suficientes para descrever quais foram as prioridades da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. Porém, como foi averiguado por Maristela Simão, se as confrarias seguiam uma base única (ou semelhante) regimental desde suas origens, é plausível que esta agremiação do Sul da então Província de Santa Catarina, tenha investido na educação também como uma prioridade a ser alcançada entre os demais objetivos previstos em seu compromisso como parte das ações para com os seus confrades.

Após as reflexões sobre como operavam estas instituições e o que tinham como prioridades, tentamos inserir nossa agremiação no conjunto das corporações existentes na história do Brasil. Mesmo com os problemas relacionados à exiguidade de fontes, os vestígios que seguiremos nos auxiliaram a compreender um pouco, não só a história da Irmandade, mas também a história de Laguna nas últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX.

A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de Santo Antônio dos Anjos da Vila de Laguna

Os confrades da Irmandade, juntamente com o seu procurador, em agosto de 1803, fazem o seguinte pedido,

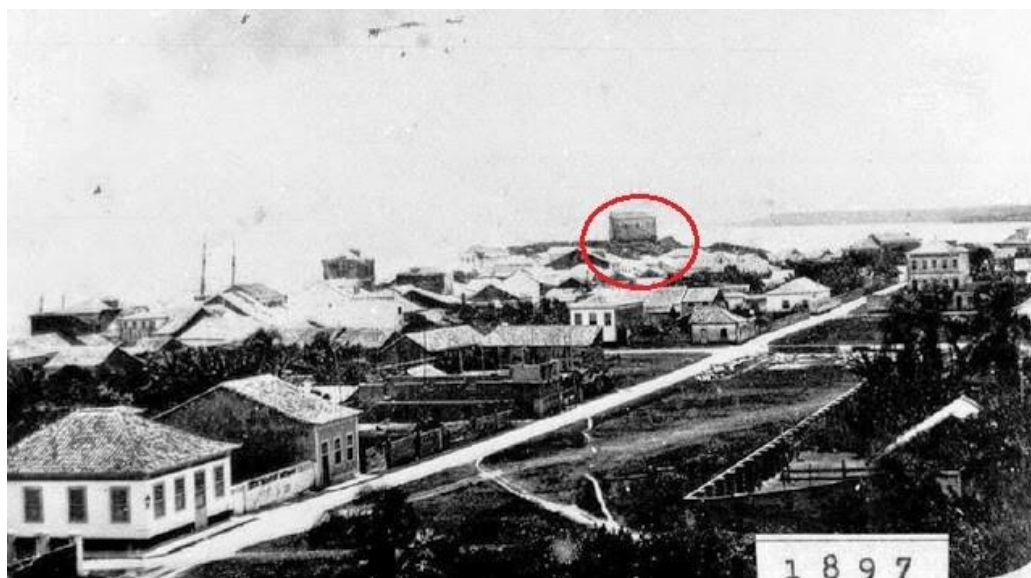
Dizem o Juiz e mais Irmãos da mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, dos homens Pretos da Freguesia de Santo Antônio dos Anjos da Vila de Laguna, Comarca da Ilha de Santa Catarina, do Bispado do Rio de Janeiro, que eles suplicantes humildemente recorrem a proteção e amparo de Vossa Alteza Real, para que por Sua Real benignidade lhe conceda licença para erigir uma Capela a Nossa Senhora em a mesma Vila, sobre um monte plano, alegre e próprio para a dita Capela, tudo para maior aumento dos fiéis, honra e Glória de Deus, e por isso
 Pede a Vossa Alteza Real a mercê de lhe conceder a Licença que os Suplicantes imploram na forma que suplicam
 Esperam Receber Mercê
 Como procurador [assinado] **João Neto** (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - AHU - Rio de Janeiro, cx. 208, doc, 45. AHU_ACL_CU_003, Cx.35, D. 2838).

Um dos raros documentos existentes que legitimam a existência dessa agremiação é um requerimento, solicitando autorização ao rei de Portugal, para construir a sua capela. Devido à importância deste documento, e seu significado, o reproduziremos na íntegra, atendendo a um dos objetivos deste texto, que é auxiliar a

superar narrativas da inexistência de africanos e seus descendentes em Santa Catarina e dar visibilidade para aqueles que foram apagados da historiografia catarinense por uma pretensa história dita oficial.

A seguir, a Fotografia 1 ilustra a vista da cidade de Laguna, com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo:

Figura 1 - Vista da cidade de Laguna, com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo



Fonte: Lucena (1998, p. 84).

Figura 2 - Vista parcial de Laguna (1900)



Fonte: Tavares (apud ABREU, 2015, p. 1).

Como destaca o documento acima, e ilustram as fotografias 1 e 2, a igreja ficava em um monte plano, e pela sua localização, acabava destacando-se na geografia da cidade. Estas imagens do final do século XIX e início do XX corroboram parcialmente com as impressões que viajantes e párocos tinham sobre a construção, que se erguia aos olhos de quem chegasse à cidade.

As fotografias são utilizadas como potencializadoras de histórias silenciadas, ou seja, confirmar a presença africana e de seus descendentes que as narrativas ou a ausência delas tentaram minimizar e/ou apagar. Estas imagens não são meros ornatos para a pesquisa, pois auxiliaram a compreender como se deram os processos de apagamento da memória e história de povos subalternizados como os africanos e seus descendentes no mundo atlântico.

O requerimento feito pelos irmãos *pretos* do Rosário de Laguna, em 1803, mostra como aquele coletivo de afrodescendentes agenciara de modo a possuir recursos próprios para a construção de seu templo. Possuir um local próprio de oração era uma distinção entre as associações católicas leigas, garantindo autonomia aos seus membros e projetando-os junto à Coroa e à Igreja, já que erigiam um símbolo do poder colonial português. A concretização daqueles planos, ainda mais em um local nada discreto e que era impossível que ficasse oculto aos moradores e visitantes da cidade, e mesmo para as embarcações que ali paravam ou passavam ao largo, nos deixa estarecidos o esforço necessário para apagar este coletivo da história local e regional.

No ano de 1811 encontramos outra referência sobre a confraria no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (2020): o pároco Agostinho José Mendes dos Reis, em visita à Vila de Laguna, faz referência à Irmandade e ao seu compromisso, que até o momento não foi localizado, se é que ele ainda existe. Conforme o documento apresentado acima, inferimos que a irmandade devia existir antes, ocupando espaço dentro de outra Igreja, possivelmente a Igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos da Laguna, fundada em 1696 (ULYSSEA, 1976).

Segundo consta na documentação do Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis (2020), aos três dias do mês de março do ano de 1828, o terreno fora averbado à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna. Os irmãos e as irmãs tornaram-se proprietários, pagando anualmente a quantia de 720 mil-réis de foro da propriedade, local onde seria construído o seu santuário. Se os irmãos do Rosário, como sugerem as fontes, solicitaram um requerimento no ano de 1803 e em

1828 estavam averbando a posse do terreno, propusemos que as obras não principiaram somente em 1845, como afirmavam os memorialistas. (DALL'ALBA, 1976).

Assim sendo, na tentativa de nos aproximarmos de uma fração do passado, ao investigar os periódicos da cidade de Laguna, nos deparamos com uma informação valiosíssima sobre a irmandade. No periódico local, O Albor, de 11 de junho de 1939, encontramos um texto de um memorialista local, chamado Saul Ulyssea, em que o autor nos informa nome, sobrenome, condição jurídica, entre outros dados daqueles que formaram a suposta primeira mesa eleitoral no ano de 1836 a qual conduziria a confraria nos anos vindouros. Transcrevemos abaixo a ata da primeira eleição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, atualizando a respectiva ortografia:

Termo da Mesa para se proceder nova eleição. Aos vinte e cinco dias do mês de dezembro de 1836 em mesa da Irmandade N. Senhora do Rosário do Ano de mil oitocentos e trinta e cinco, com a Presidência do Reverendo Vigário Francisco Vilela de Araújo, em Consistório da Matriz de Santo Antônio do Anjos da Laguna ao quais sendo todos juntos concordaram em se proceder a eleição dos irmãos que hão servir este ano de mil oitocentos e trinta e sete o que se pratique na forma seguinte. (Assinado: vigário Francisco Vilela de Araújo e Fidelis José Fraga, sacerdote).

Rei – Francisco Vaga, Preto forro; Rainha – Josefa, escrava de José M. (ilegível) Lourenço; juiz – Mateus, Preto forro; Juíza da Vara - Rita, escrava de Ana Joaquina; Juíza de Ramallete – Alexandra, escrava de Fidelis Jose Fraga; Capitão de Mesa – Domingos, escravo de Floriano José de Andrada; Mordomo – Paulo, escravo de José Francisco Coelho; 20^a Ba(ilegível) – Joaquim, escravo de Angélica Maria; Procurador geral – Bonifácio Teixeira Machado; Andador – João, escravo de Manoel dos Santos Lima;

Irmãos de Mesa

Gregório, escravo de Polucena da Tal; Matheus, escravo de José Prudêncio dos Rey; Antônio, escravo de Francisco dos Santos; Antônio, escravo de Maria de Tal; João, escravo de João Eufrazio; Ambrósio, escravo de Ana Maria de Jesus.

Irmãs de Mesa

Maria, escrava de Manoel Francisco Teixeira; Rita, escrava de José Pinto de Magalhães; Supriana, escrava de Hena da Sá; Francisca, escrava de Francisco Ferreira; Rosa Maria de Jesus, Preta forra.

Procuradores

Pescaria brava – Teodósio, escravo de Antônio Machado; Tubarão – Joaquim, escravo de José Alves Lourenço; Areias – Manuel, escravo de Florentino Quaresma; Tesoureiro – Fidelis José Fraga; Escrivão – Manoel dos Santos Lima. E por esta forma houvera Reverendo, Vigário, Rei, juiz e mais oficiais e irmãos mesários e a eleição por finda e acabada a qual foi publicada na estação da missa conventual do dia de hoje e para constar mandaram fazer este termo, eu José Carlos de Cunha, escrivão que escrevi e assinei. (ULYSSEA, S., 1939, p. 2).

Segundo o autor (1939), esta foi a primeira mesa administrativa da Irmandade. Percebemos que, entre os membros da confraria, somente três são libertos/forros, os demais ainda eram escravizados. Pizarro e Araújo⁵ referem-se à mesma como uma “Irmandade de Pretos” e que teria seu compromisso aprovado em 1745. Caso conseguíssemos comprovar esta afirmação, a Irmandade do Rosário de Laguna seria cinco anos mais velha que sua coirmã fundada em Desterro (MORTARI, 2007; RASCHE, 2016; SIMÃO, 2008), no ano de 1750.

Como já mencionamos, a ausência de documentos nos impossibilitaria de concluir algumas análises. Entretanto, estes vestígios nos possibilitaram perceber que, entre estes africanos e/ou crioulos, também encontramos homens livres ocupando alguns cargos específicos, a exemplo de Fidelis José Fraga, que ocupava a função de tesoureiro, e sua cativa Alexandra, que foi Juíza de Ramalhete da confraria. A presença do sacerdote na mesa diretora da irmandade indica que o compromisso da associação leiga permitia a possibilidade de estarem ali por dominarem a cultura letrada e talvez acompanharem de perto o que os irmãos do Rosário pretendiam com a criação daquele espaço.

Ulyssea (1939), um memorialista que possivelmente teve contato com o compromisso da irmandade, também destaca que, no ano de 1836, fora organizada a primeira festa da agremiação e que, em 1840, os confrades resolveram construir o templo e somente em 1845 que as obras iniciaram e foram concluídas tão-somente em 1870. Ao se referir à festa realizada pelos irmãos em 1836, Nail Ulysséa a descreve da seguinte forma:

Esta irmandade teve a sua época áurea no tempo da escravidão. Fazia a festa da Padroeira, de grande fama, em cuja festa se podia sentir em todo o ritual, o sabor das coisas africanas. Nela figurava um rei e uma rainha, com respectivos vassallos, todos escravos, vestidos de cores espalhafatosas. O rei, vestido a caráter, com coroa à cabeça e a rainha de cabeça enfeitada com extravagância e tudo com cores berrantes. Com estas vestimentas grotescas, vinham à igreja, assistiam a missa e a procissão. Acabada a parte religiosa, entregavam-se a danças trazidas da África, que duravam até altas horas da noite. O rei da primeira festa realizada em 1836, foi o preto forro Francisco Vaga [Vieira] e a primeira rainha foi Josefa, escrava de José Lourenço. Esta primeira festa foi oficiada pelo vigário Francisco Vilela, que, em 1839, foi morto pelos farrapos. (ULYSSEÁ, 1976, p. 182).

⁵ ARAUJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1820-1822.

A narrativa que o autor nos apresenta nos fornece alguns detalhes das festividades de um momento solene para estes homens e mulheres de origem africana, porém expressa a visão depreciativa do autor sobre a cerimônia. Ainda que ele considere que este momento festivo-religioso rememorar a “o sabor das coisas africanas”, suas impressões estão permeadas por uma visão eurocêntrica. As muitas “cores, movimentos, performances, musicalidade e ritmos” (RASCKE, 2016, p. 159) são vistas pelo memorialista como “espalhafatosas”, “extravagantes” e “grotescas”. Ao reproduzir este ritual como algo exótico, além de apresentar suas percepções, ele reforça as representações sobre as festividades e irmandades negras descritas por viajantes que passaram pelo Brasil entre os séculos XVIII e XIX (RASCKE, 2016). Esta descrição da coroação da festividade da Irmandade é um outro indício de que a confraria de Laguna desenvolvia seus festejos em homenagem a sua padroeira, como as demais irmandades existentes no Brasil.

O seu relato nos incita a perceber a grandiosidade que esse ritual possuía. As cores “espalhafatosas”, rei e rainha com coroas enfeitadas de forma “extravagantes”. Cores fortes, “berrantes” e vestimentas “grotescas”, muito ornamentadas, informam a importância e o significado das festas na vida dessas associações de africanos e seus descendentes. A pompa e a opulência presentes nestes rituais festivo-religiosos indicam a importância do rei, rainha e seus vassallos, já muito documentado pelos estudiosos das irmandades. Diversas sociedades africanas antes do contato com o europeu organizavam-se em estruturas sociais, com a presença de uma realeza. A realização da coroação do rei e rainha não era estranha a esses grupos a partir de suas experiências em África as quais passaram por ressignificações no mundo atlântico.

Em relação às datas de construção da associação leiga, encontramos algumas contradições. Nos registros do memorialista Saul Ulyssea, ao coligirmos com nossas fontes, ele inferiu que a confraria teria surgido antes de 1828, não especificando uma data para a sua formação. E sugeriu que a construção do templo, deu-se entre os anos de 1840 e 1845. Como destacamos anteriormente, a escassez de fontes sobre a Irmandade seria uma das dificuldades que encontraríamos para preencher algumas lacunas sobre a história dessa confraria. Talvez a data de início de suas obras seja um desses hiatos que não concluímos, mas que pode vir a ser em pesquisas futuras.

A primeira mesa eleita da Irmandade do Homens Pretos de Laguna, segundo Ulyssea, é datada de 1836, porém, nossos documentos revelam uma outra data, muito anterior a que foi sugerida pelo memorialista. A existência da Irmandade, bem como da

primeira mesa diretora, conforme o requerimento feito à Metrópole, data de 1803, ou seja, no início do século XIX. A confraria já se fazia presente em Laguna, com uma mesa eleita, conforme explicitado no documento citado acima. Porém, outras fontes nos sugerem que a criação da Irmandade teria ocorrido em meados do século XVIII.

Na obra *Memórias históricas do Rio de Janeiro*⁶, o autor, ao se referir à fundação de Laguna e à construção da Igreja Santo Antônio dos Anjos da Laguna, faz referência a uma igreja tão antiga quanto aquela. Pizarro e Araújo destaca que esta confraria havia sido citada no livro sobre a Capitania de São Vicente, em que foi tratada pela “Provisão de 4 de Outubro de 1745, que confirmou os Capítulos do Compromisso da Irmandade de Pretos aí criada” (PIZARRO; ARAÚJO, 1820, p. 82).

Talvez com o compromisso da confraria, conseguiríamos avançar em algumas análises, ainda assim, algumas considerações podem ser realizadas. Acreditamos que, em 1803, possivelmente, os confrades já possuíam recursos financeiros para construção do próprio templo, já que se dirigiram à Coroa como Irmandade. Caso contrário, se não tivessem sido aprovados, inclusive o seu compromisso, e não possuíssem recursos, eles não se apresentariam ao Estado, conforme o requerimento acima.

Aventamos que esta interpretação seja plausível, pois, se a Irmandade existia desde 1745 e com compromisso aprovado, conforme Pizarro e Araújo, possivelmente as populações de origem africana quando solicitaram a construção do templo no ano de 1803, no alto do morro, já dispunham de um coletivo atuante e de uma hierarquia funcional capaz de agenciar a obtenção e acúmulo de recursos financeiros suficientes para dar início às obras de seu edifício.

Embora careçam de subsídios suficientes para algumas conclusões, estes vestígios possibilitam refletir sobre os esforços desses africanos e de seus descendentes livres, libertos e cativos em agenciar demandas coletivas, como um espaço que garantisse melhores condições de sobrevivência durante a vigência da escravidão. Inferimos que é muito provável que esta experiência tenha sido o catalizador para outras formas associativas do grupo pesquisado.

Mesmo com o problema das fontes e a divergências de datas, estes indícios disponíveis nos apontam para duas evidências. A primeira trata da dificuldade financeira pela qual a Irmandade deve ter passado. Entretanto, se ela existia desde 1745

⁶ ARAUJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1820-1822.

e solicita a construção de seu templo apenas em 1803, sendo o terreno averbado em 1828, conjecturamos que as obras tenham iniciado entre esses anos, porém, que outros impedimentos, além daqueles de ordem financeira, evitaram a edificação do templo? Esta é uma pergunta que não temos resposta.

A segunda evidência nos permitiu perceber que as dificuldades existiram, contudo, foram organizadas diferentes estratégias para consolidar aquele espaço. Segundo Ulyssea (1939), a construção continuou em andamento após 1845 e, por meio uma apólice “federal adquirida pela irmandade com o legado de D. Luiza Joaquina de Jesus e algumas esmolas”, no ano de 1880, contrataram um marceneiro para terminar o altar-mor. Nosso memorialista também descreve que a condição de cativo e a pobreza dificultaram a finalização da capela, porém tais condições não impediram que esse grupo atuasse de diversas formas para atingir os seus objetivos e a materialização do seu projeto coletivo.

A importância desta irmandade e como ela já ocupava um lugar privilegiado na paisagem da vila, é assinalado pelo viajante francês Robert Avé-Lallement⁷. Em sua visita pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, no ano de 1858, o viajante nos fornece uma descrição do templo e a presença negra na cidade. Ao chegar à vila, Avé-Lallement (1980, p. 35), relata que:

Laguna não apresenta grandeza arquitetônica. Numa grande praça verde, a igreja bonita e limpa, de agradável aspecto. Pertinho, um teatro inacabado; numa eminência, no extremo da pequena cidade, eleva-se para céu uma igreja meio construída; são edifícios de arquitetura indeterminada, que desgostam qualquer entendido. (AVÉ-LALLEMENT, 1980, p. 35).

Ao deparar-se com uma construção, no alto de um morro, e que deve ter chamado sua atenção no momento de sua chegada, é bem provável que explicaram a ele de que se tratava de uma igreja de homens e mulheres de origem africana, em sua maioria, na condição de escravizados.

⁷ Nasceu em 25 de julho de 1812, em Lübeck, na Alemanha. Filho dos professores de música Jacob Heinrich Avé-Lallemant e de Friederike Marie Canier. Irmão do criminalista Friedrich Christian Avé-Lallemant e do crítico musical Theodor Avé-Lallemant. Iniciou o curso de medicina em Berlim, mudando em seguida para Heidelberg. Após um semestre de estudos em Paris, completou seus estudos e obteve o doutoramento em medicina na Universidade de Kiel, Alemanha, em 1837. Em Lübeck teve contato com Alexander von Humboldt, que o convidou para participar da expedição Novara para o Brasil. Avé-Lallemant abandonou a expedição no Rio de Janeiro, iniciando então a viajar sozinho pelo Brasil. Estas expedições foram apoiadas pessoalmente por D. Pedro II. Estabeleceu-se no Brasil, como médico no Rio de Janeiro. Avé-Lallemant não foi conhecido somente por suas viagens exploratórias pelo Brasil, mas também por ter influenciado o sistema de saúde brasileiro. (ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA – ANM, 2019).

Coligindo as fontes iconográficas disponíveis que tornaram visível a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna, mesmo estando inacabada a sua presença ventila outras narrativas que assentam o protagonismo das populações de origem africana. Do alto do morro do Rosário, como é conhecida a região atualmente, estes agentes sociais elaboraram projetos coletivos, festejaram a sua santa de devoção, cuidavam de seus mortos e possivelmente despertaram olhares de reprovação daqueles que não viam com bons olhos as expressões de um catolicismo com elementos afro-diaspóricos percorrendo as ruas da cidade.

A Fotografia 3 ilustra uma vista panorâmica de Laguna, em 1910, com a Igreja do Rosário destacando-se como a estrutura mais alta:

Figura 3 - Vista panorâmica de Laguna - a estrutura mais alta é a Igreja do Rosário (1910)



Fonte: Faísca (1910).

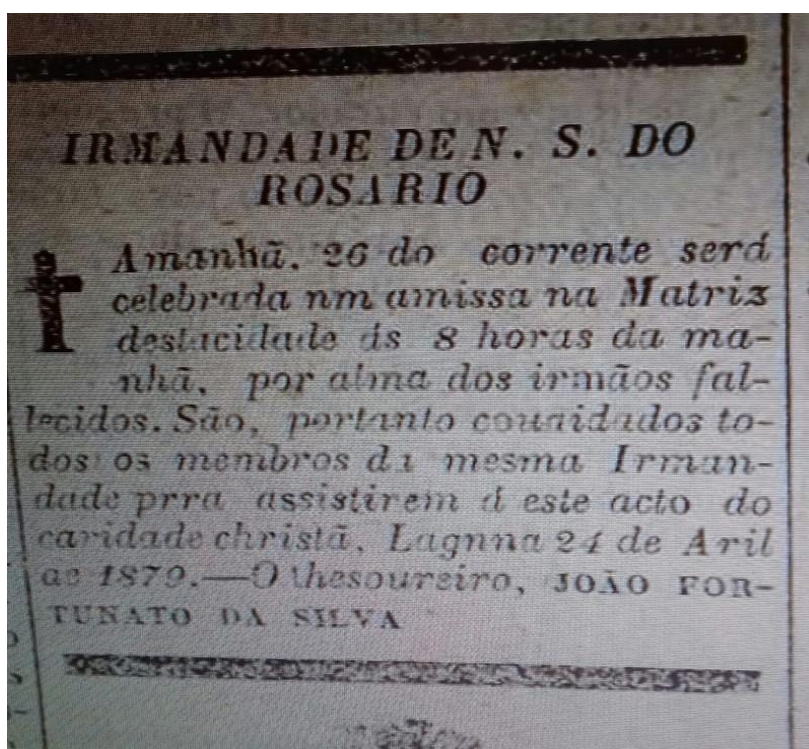
A imponência de uma igreja de escravizados erigida no alto de um morro pode ter causado incômodo às elites de Laguna, uma vez que se destacava mais que a Igreja matriz (Santo Antônio dos Anjos da Laguna), que fica no centro da cidade. Mesmo passando por dificuldades financeiras, como afirmou o memorialista Saul Ulyssea, os irmãos do Rosário representados pelo seu tesoureiro, o cidadão Fortunato José da Silva, receberam a quantia de 500 mil-réis para ser utilizada nas obras da capela em construção. (O MUNICÍPIO, 1/4/1879).

O interessante é que a doação da verba foi autorizada pela Lei nº 830 de 03 de maio de 1877⁸. A doação pode ter ocorrido por inúmeros motivos, quiçá com o passar

⁸ Esta Lei nº 830 de 03 de maio de 1877, possivelmente tratava do Orçamento Provincial, conforme verificamos do Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, de 2 de janeiro de 1877. Nesse documento, há um item denominado “Culto Público”, em que ele relata o mau estado dos templos da província, carecendo quase todos de reparação. Ele destacou que contra a sua vontade não foi possível

dos anos e o aumento da conquista de liberdade e autonomia, tenha aproximado irmãos e irmãs de pessoas influentes, que apoiavam a sua causa. Especulamos que as redes de relações verticais estabelecidas, direta ou indiretamente, com dirigentes locais e provinciais, trouxe-lhes benefícios, como esta doação prevista em lei a qual contribuiu para dar continuidade às obras da capela. Os vestígios deixados por esta irmandade nos permitiram apreender a sua importância e quais foram suas formas de atuação junto aos seus confrades. É o que podemos perceber na Figura 5, corroborando com a bibliografia consultada, uma das preocupações das irmandades era o cuidado com os seus mortos e a garantia de uma boa morte, daí o convite para que todos comparecessem neste ato de caridade cristã:

Figura 4 - Anúncio da Irmandade de N. S. do Rosário



Fonte: *O Município* (22/4/1879, p. 4).

O pequeno anúncio acima nos confirma que um dos compromissos basilares da irmandade era assegurar uma boa morte aos seus irmãos. Tendo sempre presente que se referia a uma associação de *pretos*, percebemos que essa ânsia individual e familiar por

prestar quaisquer auxílios para reparação ou aquisição de paramentos, embora essa despesa houvesse sido marcada em Lei do Orçamento. Ele ainda destaca que em Laguna as obras da Igreja aguardavam qualquer auxílio da Fazenda Provincial, mas não fica claro se seria a Igreja Matriz ou a Irmandade do Rosário (Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, o Dr. Hermínio Francisco do Espírito Santo, 1º vice-presidente, ao passar a administração da província ao Dr. Alfredo d'Escragnoille Taunay, em 2 de janeiro de 1877, p. 55).

uma morte digna era realçada no caso coletivo com todos os irmãos ajudando a celebrar e a (re)lembrar as almas dos irmãos de devoção já falecidos. Ao rezarem pela alma dos irmãos mortos, os devotos do Rosário afirmavam a ancestralidade de sua coletividade e visibilizavam a presença africana e de seus descendentes no centro da cidade. O anúncio permite entrever também que, em 1879, o templo do Rosário ainda não estava terminado e que os devotos pretos instrumentalizavam a Igreja Matriz para seus cultos e demonstrações de fé daquela coletividade (REIS, 1991).

Além de sufragar as almas dos seus confrades, acreditamos que o templo da irmandade era um importante *locus* para a realização dos cultos cristãos, fossem eles organizados pela própria agremiação ou por outras confrarias. Quer dizer, o templo do Rosário dos pretos se entrelaçava com outras Igrejas, se congraçando e auxiliando no esplendor dos cultos católicos, com isso, se apresentando e positivando a coletividade afrodescendente da cidade. Que é o que se percebe no anúncio abaixo:

ANÚNCIOS

DEVOÇÃO DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS.

Tendo-se de solenizar este ano a Comemoração da Paixão do senhor Bom Jesus dos Passos no dia 3 de abril próximo futuro, com a trasladação da sagrada imagem do mesmo Senhor na véspera, às 7 horas da noite, da Capela do Rosário para a Igreja Matriz, e no mesmo dia missa e procissão com os costumados sermões do encontro e do Calvário na entrada da referida procissão; roga-se a todos os devotos para que espontaneamente, sem constrangimento, compareçam a esses atos de nossa Santa religião, não só para tomarem suas opas afim de não se dificultar a saída da procissão e trasladação nas horas marcadas, como também auxiliarem em tudo mais que for mister, para que haja sempre o maior esplendor e decência em uma tão importante solenidade. Outrossim, também roga-se aos habitantes das ruas por onde deve passar a trasladação, para iluminarem a frente de seus edifícios; e as pessoas que tiverem de cumprir suas promessas, haja de fazer no ato da trasladação, por tornar-se isso muitíssimo conveniente a Devoção.

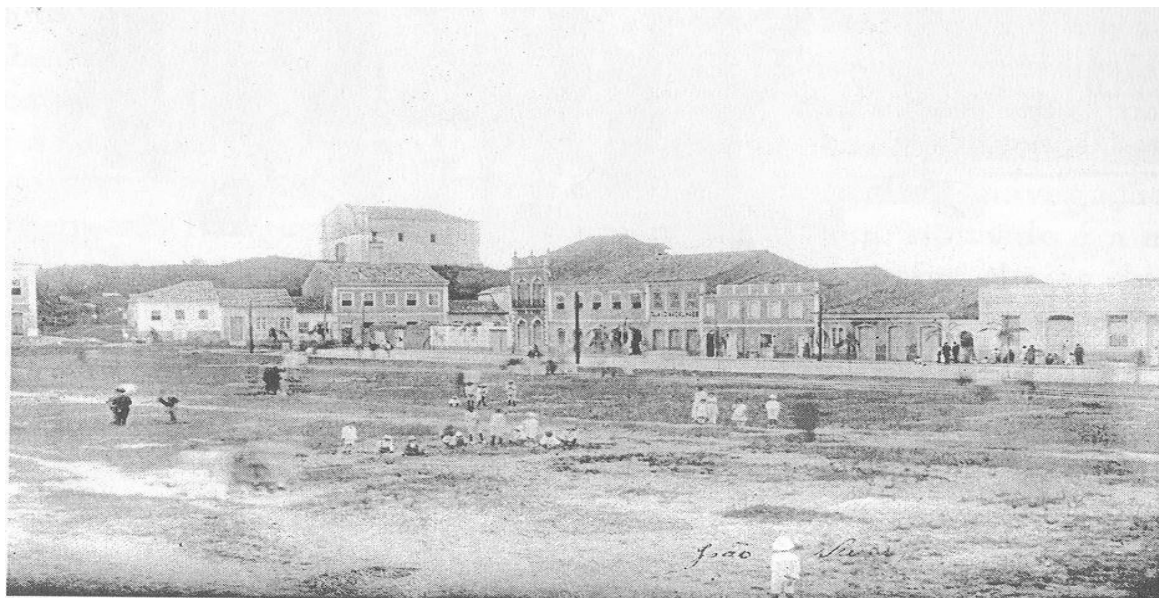
Laguna, 18 de março de 1881.

O Secretário da devoção

Domingos Thomas Fragoso

O secretário da devoção do Bom Jesus, Domingos Tomás Fragoso, no texto de sua autoria, publicado em 1881, convocava os devotos para – *espontaneamente e sem constrangimento* – pegarem as suas opas e engrossarem a procissão que mudará o local de custódia da imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos, da Capela do Rosário para a Igreja Matriz. Assim, a devoção dos pretos do Rosário insere-se na cartografia católica local, sendo um lugar de partida de uma importante procissão, naquela páscoa de 1881. Coligindo os documentos de 1879 e de 1881, pensamos que o templo do Rosário (Fotografia 4) deve ter ficado finalmente pronto entre estas duas datas.

Fotografia 4 - Vista parcial da cidade de Laguna, com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo



Fonte: Ulysséa (2004, p. 316).

Como foi deduzido pelos documentos acima, a Capela do Rosário atuava no cenário urbano como um local para a abertura de alguns dos rituais sagrados do catolicismo. Em 1899, a Irmandade Nossa Senhora do Parto anunciava, no hebdomadário *O Futuro* (24/12/1899), a trasladação da “Gloriosa Virgem do Parto”, da Capela do Rosário para a igreja Matriz, “realizando a sua festa com missa cantada, procissão e novena”.

Acreditamos também que, para além do *locus* de manifestações religiosas, a Igreja da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna tenha abrigado em seu altar algumas devoções, como as de Nossa Senhora do Parto e Nossa Senhora da Conceição, haja vista a proximidade que estes membros mantinham entre si. Outra evidência sobre a existência e atuação dessas irmandades está presente nos registros de memórias de Saul Ulysséa (1943, p. 54), pois ele nos relata que, próximo ao Largo da Carioca, hoje Praça Lauro Muller, residia um “um preto de nome Antônio Wanzeller, preto da Costa, que aos domingos, de calças brancas e enormes sapatos esmolava para a Irmandade de N. S. do Parto. E também trabalha como cozinheiro do patacho Wanzeller”.

Os indícios que sustentam nosso argumento de entrelaçamento dos confrades, ou seja, a proximidade que estes atores sociais mantinham, podem ser evidenciados no anúncio publicado no periódico *O Futuro* (3/12/1899), sobre a festa de Nossa Senhora da Conceição, que ocorreria no dia 08 do mês corrente, “na matriz d’esta cidade com

missa cantada, e procissão a tarde. A noite será queimado um lindo e esplendido fogo de artifício preparado a capricho”.

Como indicam nossas fontes, o tesoureiro que assina o anúncio, Miguel Alano de Bittencourt (1861-1939), era irmão do Rosário, se tornará sócio do União Operária. Ele solicitava o comparecimento de todos os devotos “da Gloriosa Virgem para maior realce e brilhantismo da festa”. Apontamos que a confraria do Rosário, alguns anos antes da abolição da escravatura, tenha deixado de ser o *locus* de peregrinação das devoções da cidade, não podemos afirmar que a mudança da trajetória de trasladação e das procissões tenha sido uma ação planejada, mas a deliberação dos devotos do Senhor Bom Jesus dos Passos, com a autorização do Bispo Diocesano, e a comemoração festejada no jornal A Verdade (2/8/1885) indicam que já havia a vontade dessa mudança por parte das lideranças religiosas locais.

Com a mudança do traslado, o novo trajeto iniciaria dia 06 de agosto de 1885. O cortejo sairia da Igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos da Laguna e seguiria pelas seguintes ruas - Conselheiro Jerônimo, Praia, Voluntário Benevides e Voluntário Carpes, e seguiria para a capela do novo Hospital de Caridade da cidade que levava o nome da devoção. Além da comemoração com esta mudança, era solicitado aos fiéis que iluminassem a frente de suas casas, e o edifício estaria aberto para visitaçã pública⁹.

Alguns anos mais tarde, o que era somente uma vontade, passa a ser um projeto das elites locais, o apagamento físico da capela que deveria ser extirpada de uma vez. Agora que o templo do Rosário não era mais o ponto de referência para as comemorações religiosas, não faltaram críticas aos irmãos e ao estado estrutural da capela. As críticas se multiplicaram e tornara-se sistemáticas nos periódicos locais como a que encontramos em 1901. Um articulista no jornal chamado O Sol (1901),

⁹ O movimento para criação de um hospital em Laguna começou em meados do século XIX. Os primeiros documentos datam de 1855, demonstrando intensa atividade de pessoas influentes, com o objetivo de dotarem a cidade de uma casa de saúde. O fruto deste trabalho surge oficialmente em 03/04/1855, quando o Presidente da Província de Santa Catarina sancionou lei autorizando a criação do primeiro hospital do Sul do Estado, denominado São Francisco de Assis. O termo de abertura do primeiro livro de atas data de 28/09/1855. Os membros da primeira comissão eram: Pedro Francisco da Silva (provedor), Jerônimo Coelho Neto, Antônio José da Silva, João Pacheco dos Reis (mordomo), João José da Silva Guimarães, José Francisco da Silva Pinto, José Antônio Fernandes Viana e Joaquim José Mendes Braga. Disponível em: <<https://www.hospitallaguna.com.br/hcsbjp/historico>> Acessado dia 14/09/2020> Acesso em 16 set. 2020. Fala que o presidente da província de Santa Catharina, dr. João José Coutinho, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em o 1.º de março de 1857, verificamos que neste ano o Hospital ainda não tinha iniciado a construção do novo prédio e ainda passava por dificuldades em angariar fundos. Disponível em: <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000517&m=4379&n=rpescatarina1857> Acesso em: 16 set. 2020.

escrevendo em uma coluna denominada “Preciosidades”, passa a destacar as associações musicais locais e as dificuldades que eram superadas através da força de vontade dos músicos: os colégios que iluminavam o espírito da mocidade da cidade, o hospital que mesmo com pouca renda estaria concluindo suas obras, e findando ele diz: “o que dizer de nossas sociedades recreativas? Nada, para não emitirmos suspeitas”.

Em tons elogiosos, o articulista possivelmente estava mencionando os clubes recreativos das elites locais, ou seja, as agremiações Blondin e Congresso. Ele lamentava pelo estado de pobreza do teatro e suas atividades que, segundo ele, em mais ou menos dias, entraria em ruínas. Comparando o estado do teatro com os templos da cidade, o autor cita as reformas que estavam sendo feitas na igreja matriz, não menciona outros templos, e sublinha que sobre a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Laguna: “que então aprazível local se construiu, mas que jaz no esquecimento” (O SOL, 1901, p. 2).

Acreditamos que, com a entrada do novo século, a mudança das trasladações das festividades religiosas, que agora partiam da igreja matriz, permitiu as primeiras iniciativas contra aquele espaço. Nota-se que o tom da crítica aqui exposta ainda era tímido, ao mesmo tempo em que se destacava o morro onde a capela foi construída como um lugar “aprazível”, afirmava-se o estado de abandono dela. Verificamos o recrudescimento das críticas em todo período de existência da Irmandade, deixando de ser reservadas e passando a ser declaradas, objetivas e sistemáticas nos periódicos da cidade. Agora a Irmandade do Rosário era parte de um passado que deveria ser esquecido.

Considerações Finais

Muitas lacunas ainda não foram preenchidas sobre a história da Irmandade dos Rosários dos Homens Pretos de Laguna, porém, os indícios e vestígios investigados podem indicar caminhos a serem percorridos para continuar documentando a história da confraria, mantendo o equilíbrio das narrativas históricas, dando voz àqueles que foram subalternizados e silenciados por uma história que se pretendia hegemônica e homogênea. Como sugeriram algumas fontes, a Irmandade de Laguna, cumpria funções essenciais como sufragar os mortos como as demais confrarias investigadas. Os irmãos envolviam-se na cartografia religiosa da cidade, organizando as festividades religiosas ou imiscuindo-se em devoções como a Festa da Devoção do Senhor Bom Jesus dos Passos, que iniciaria sua procissão saindo da Igreja do Rosário.

É muito provável que sua atuação tenha sido mais intensa na cidade e entre os seus confrades. Os vestígios deixados nos periódicos locais e os relatos de memorialistas indicam como aquela confraria se colocava para a sociedade com suas cerimônias e festejos. Possivelmente, esta Irmandade também possuía como objetivo o auxílio mútuo aos seus confrades nos momentos de infortúnio. Suspeitamos que a educação tenha sido perseguida e muito valorizada pelos irmãos e irmãs do Rosário como uma tática de distinção e ainda compreensão da cultura letrada para usá-la a seu favor.

Como boa parte das Irmandades já investigadas tinha como objetivo a instrução de seus pares, é muito provável que o compromisso da confraria de Laguna primasse igualmente pela cultura letrada. Os irmãos do Rosário que fundaram, frequentaram e transitaram em outros espaços associativos e não deixaram de se preocupar com a instrução. Estas experiências, ao que nos parece, serão valorizadas e almejadas nestes novos espaços de sociabilidade e lazer como apontam diversas investigações recentes (SILVA, 2011; NOMELINI, 2007; LUCINDO, 2020; RASCKE, 2019).

Referências

- ARAUJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1820-1822.
- BOFF, Virginia Ferreira. *Educação no pós-abolição: a escolarização de afrodescendentes em Florianópolis/SC (1888 – 1930)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: as experiências das populações de Desterro na segunda metade o século XIX*. Itajaí: Casa Aberta, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- COOPER, Frederick; Thomas C. Holt e Rebecca J. Scott. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-Abolição. *Revista Topoi*, vol. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 118-139.
- _____. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Ed. Senac, 2004.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- _____. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. “Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 29/30, 2003, pp. 247-269.
- LUCINDO, Willian Robson Soares. A Escravidão em sala de aula: a desvitimização de cativos como humanização das populações de origem Africana. *Antíteses*, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, p. 879-897.
- _____. *Comemorações, cidadania e festas: o associativismo negro em Piracicaba e Campinas nas três primeiras décadas do século XX*. Campinas, SP. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2020.
- MORTARI, Cláudia. *Os homens Pretos de Desterro – um estudo sobre a Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1841-1860)*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2000.
- NOMELINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Departamento de História: Campinas-SP, 2007.
- RASCKE, Karla Leandro. *Irmandades Negras: memórias da diáspora no sul do Brasil*. Curitiba: Appris, 2016.
- _____; MACEDO, Lisandra (org.). *Festas da diáspora negra no Brasil: memória, história e cultura*. Porto Alegre: Pacartes, 2016.
- REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.
- REIS, Aloísio. *Brinca quem pode: territorialidade e (in) visibilidade negra em Laguna Santa Catarina*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Estado de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: UFSC, 1996.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- ROSA, Júlio César da. *Associativismo negro em Laguna e a construção identitária: irmandade, sociedades musicais e clubes negros (1870 a 1950)*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.
- _____. *Associativismo negro em Laguna e a construção identitária: irmandade, sociedades musicais e clubes negros (1870 a 1950)*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.
- _____. *Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950)*. Curitiba: CRV, 2019.
- SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2ª. ed., São Paulo: Ed. Nacional. 1978.
- SEBRÃO, Graciane Daniela. *Educação dos negros em Santa Catarina: narrativas, expectativas, experiências (1850-1889)*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- SILVA, Fernanda de Oliveira. *As Lutas Políticas Nos Clubes Negros: Culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil – Uruguai no Pós-Abolição (1870-1960)*. Tese de Doutorado, UFRGS, Departamento de História: Porto Alegre, 2017.
- SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaço para o seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

- SILVA, Joselina. *Renascença, lugar de negros no plural: construções identitárias em um clube social de negros do Rio de Janeiro*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- SILVA, Maria Aparecida Pinto. *Visibilidade e respeitabilidade: memória e luta dos negros nas associações culturais e recreativas de São Paulo (1930-1968)*. Mestrado, São Paulo, PUC, 1997.
- SILVEIRA, Janaina Nailde da. *Nos bailes da vida: Sociedade Sebastião Lucas: espaço de sociabilidade dos afrodescendentes em Itajaí*. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2000.
- SIMÃO, Maristela dos Santos. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa (UL). Lisboa, 2010.
- _____. *“Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na Hora de Nossa Morte” – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2006.
- STAKONSKI, Michelle Maria. *Da Sacristia ao Consistório: tensões da Romanização no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Desterro/Florianópolis (1880-1910)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2007.
- TAVARES, Mauro Dillman. *Irmandades Religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2007.
- VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e Escravidão no século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Artigo recebido em 29 de janeiro de 2022. Aprovado em 18 de abril de 2022.